

Moção

# Avançar em Igualdade

## + Igual Poder



**Elza Pais**

Candidatura  
MS-ID | 2021-2023



# Índice

<b>Introdução</b>	5
<b>I MS-ID: Conquistas e Desafios</b>	7
a) Políticas de Igualdade: avanços alcançados	8
b) Desafios perante a Crise Pandémica	10
c) Recuperar Em Igualdade: transição justa, verde e digital	13
<b>II AVANÇAR EM IGUALDADE</b>	17
- O Nosso Compromisso	18
- Combater as Desigualdades	18
- O Nosso Plano de Ação	22
<b>III ANEXO</b>	25
Manifesto para a Igualdade no Poder Local	25



# Avançar em Igualdade

## + Igual Poder

### Introdução

Ao longo das últimas décadas foram muitas e significativas as conquistas no campo da Igualdade e Não Discriminação. Todas foram essenciais para o desenvolvimento sustentável da sociedade, tanto a nível humano e social, como a nível económico e financeiro, como é claramente revelado pelos indicadores de desenvolvimento dos relatórios dos principais organismos europeus e internacionais.

O Partido Socialista orgulha-se do seu papel pioneiro e determinante na promoção da Igualdade e Não Discriminação, com uma Agenda Inovadora assente numa vasta legislação e em medidas políticas que muito contribuem para a consolidação do sistema democrático, garantindo desenvolvimento, competitividade e maior justiça social. A concretização dos direitos e garantias previstos a nível constitucional, internacional e comunitário deve implicar a centralidade das políticas de género na estrutura de governação e a sua transversalidade em todos os domínios de ação política.

A Agenda do atual governo socialista constituiu-se em torno de quatro desafios estratégicos para preparar o futuro: o Desafio

Demográfico para um envelhecimento ativo com saúde e proteção social; a Transição Digital para a construção, agora, de uma sociedade digital; as Alterações Climáticas para garantir uma transição justa e o Combate às Desigualdades para se criarem mais e melhores oportunidades para todas as pessoas.

Com a Crise Pandémica que assolou o mundo, a atual governação socialista teve de enfrentar um dos seus maiores desafios de sempre, reagindo com eficácia e rapidez para combater a pandemia, proteger as pessoas e apoiar a economia e o emprego. O Estado Social foi a primeira linha de resposta com diversas medidas de apoio extraordinário que exigiram um esforço coletivo e uma mobilização solidária de recursos sem precedentes. Nestes momentos difíceis soubemos afirmar o valor da solidariedade como condição fundamental de liberdade, e soubemos afirmar o valor da Igualdade como condição de democracia, equidade e progresso.



## I MS-ID: conquistas e desafios

As Mulheres Socialistas - Igualdade e Direitos (MS-ID) são uma estrutura do Partido Socialista que tem como objetivo promover uma efetiva igualdade de direitos entre mulheres e homens, a participação paritária em todos os domínios da vida política, económica, cultural e social, bem como contribuir para a definição ideológica e programática das políticas na frente parlamentar, nas estruturas partidárias, no apoio à ação governativa e na intervenção junto da sociedade civil.

A origem das MS-ID remonta a 2002 quando foi criado o Departamento Nacional de Mulheres Socialistas (DNMS), e a sua afirmação interna e externa muito se deveu a todo um histórico de presidentes e militantes desse Departamento Nacional e das estruturas Federativas que, em cada momento, promoveram as políticas de igualdade que constituem marcas identitárias do PS, com medidas estruturantes que mudaram o paradigma da participação das mulheres na vida pública. Temos orgulho no legado histórico do PS em matéria de políticas de igualdade entre mulheres e homens e de não discriminação, pois todas as medidas e leis que ao longo de décadas foram marcantes para a promoção da Igualdade de Género tiveram sempre a marca do Partido Socialista.

Na última revisão estatutária, aprovada no Congresso de 25 a 27 de maio de 2018, entenderam as Mulheres Socialistas propor ao Partido Socialista a evolução do DNMS para uma estrutura autónoma que se mostrasse mais adequada aos desafios de uma nova Agenda para a Igualdade – Planeta 50/50, alinhada com as orientações da ONU na promoção da igualdade de género, na integração

dos novos paradigmas de paridade na organização da vida em sociedade. É, então, aí que surge a nova estrutura da Mulheres Socialistas - Igualdade e Direitos (MS-ID), para permitir o reforço de participação das mulheres na vida interna do PS e superar o défice de representação de género nos órgãos do Partido.

A nova estrutura das MS-ID criada no último Congresso do PS constituiu um passo significativo para o empoderamento, a mobilização e a participação ativa das mulheres socialistas em todo o território nacional, que passaram a dispor de outras condições para melhor desenvolverem a ação política e afirmarem os princípios de Igualdade que o PS desde sempre promoveu. As mulheres socialistas conquistaram uma estrutura com maior poder de representação e de representatividade, e o direito a participarem ativamente nos processos de designação das candidaturas a cargos de representação política.

Esta nova estrutura das MS-ID passou a ter uma organização de base concelhia que até à data não existia, o que constituía um défice de participação para as mulheres socialistas, uma vez que tal não lhes permitia que integrassem os órgãos da concelhia. Essa circunstância acentuava o desequilíbrio de género na organização do PS, pela dificuldade que as mulheres tinham de chegar aos cargos de dirigentes das estruturas políticas, e tem contribuído para o défice de representatividade nos cargos de eleição e representação política do PS que urge superar. Estamos, portanto, perante uma **conquista histórica** de que a direção das MS-ID cessante muito se orgulha.

O tempo que vivemos é um tempo de novos desafios, um tempo para combater as desigualdades estruturais que a Crise pandémica pôs a nu e para cumprir os objetivos da ONU para um planeta 50/50, onde a paridade seja uma realidade efetiva e não apenas um princípio programático, onde o poder das decisões e das escolhas sejam assumidas em paridade, livre de preconceitos, de estereótipos de género e de subalternização na ação política.

O Partido Socialista, pela defesa intransigente que tem assumido, ao longo da sua história, das políticas de igualdade e não discriminação, está na linha da frente da nova geração de políticas de igualdade do século XXI. A Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2030 **Portugal + Igual** e as leis aprovadas nestas últimas legislaturas com o intuito de corrigir as assimetrias de género que ainda persistem ou que se agravaram com a Crise significam um enorme avanço. A perspetiva de género está hoje integrada em todos os documentos estratégicos para a recuperação do país. A organização interna do Partido Socialista tem de estar alinhada com estas políticas transformadoras e promotoras de Igualdade de Género.

Foram essas as razões que nos levaram a propor, e o PS a aprovar, uma alteração de paradigma na estrutura organizativa das Mulheres Socialistas, com o referencial da transversalidade da perspetiva de género, que deverá permitir progressivamente uma abertura à participação da sociedade civil e dos homens, uma vez que a promoção da Igualdade e dos Direitos Humanos a todas e todos nos devem convocar.

Ao longo destes últimos anos as MS-ID cumpriram um papel muito importante, denunciando discriminações e violações dos direitos

humanos, propuseram medidas e políticas inovadoras, promoveram debates de ideias com a sociedade cível, acompanharam os dossiers da União Europeia, do Conselho da Europa, da Organização Internacional do Trabalho- OIT e da Organização das Nações Unidas - ONU, sempre na vanguarda das políticas mais inovadoras e com enfoque na mitigação dos efeitos da crise na vida das mulheres, as mais afetadas pela pandemia que nos assolou.

As MS-ID são hoje uma estrutura em crescimento, apostada em alargar a sua representação a todo o território nacional, numa perspetiva de desenvolvimento e consolidação de um novo modelo de organização partidária e social transformador e participativo, que promova compromissos políticos e convergências alargadas de vontades e que não deixe ninguém para trás.

**Avançar em Igualdade**, é um projeto de continuidade e evolução com os projetos que lhe antecederam das *Novas Lideranças* e de *Igual Poder*, todos constituídos por equipas mobilizadoras de mulheres com uma forte participação política e uma inexcedível vontade para fazerem as mudanças acontecer.

#### **a) Políticas de Igualdade: avanços alcançados**

Ao longo deste ano o país percebeu a importância da aposta que as governações socialistas sempre fizeram na Igualdade. Uma aposta em políticas robustas e estruturadas, que funcionam como um amortecedor essencial para aguentarmos o embate da Pandemia, e olharmos hoje com esperança para o futuro, retomando o caminho do progresso que vínhamos fazendo desde 2015.



É importante relembrar nesta Agenda progressista algumas batalhas que travámos nestes últimos 6 anos e a recuperação que vínhamos fazendo das desigualdades estruturais:

- Aprovámos leis civilizacionais pela dignidade da pessoa e contra o sofrimento humano, leis que garantem igual dignidade legal à hétero e à homoparentalidade (2016);
- Garantimos o acesso de todas as mulheres à Procriação Medicamente Assistida (2016);
- Garantimos o direito à autodeterminação e Identidade de Género (2018);
- Impedimos os retrocessos à Interrupção Voluntária da Gravidez (2015);
- Aprovámos Leis de representação equilibrada de género, que quebram o teto de vidro que impede as mulheres de chegarem aos lugares de topo na decisão económica e política, nomeadamente o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa (2017), o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública (2019), e a segunda alteração à lei da paridade nos órgãos do poder político (2019), com resultados de implementação muito positivos que permitem, hoje, uma representação mais equilibrada de mulheres e homens na tomada de decisão económica e política. Estamos deste modo a acelerar as mudanças que poderiam levar mais de 100 a 200 anos a acontecer, como é reconhecido pela OIT e ONU;
- Introduzimos na Lei do Orçamento os orçamentos com perspetiva de género (2017);
- Aprovámos a Lei da Prevenção e Combate à Discriminação Racial (2017), tendo lançado este ano de 2021 o primeiro Plano Nacional contra o Racismo para reforçar esse combate;
- Reforçámos o quadro legislativo para a prevenção e prática do Assédio Sexual no trabalho (2017);
- Reforçámos a proteção da Intimidade da vida privada na Internet (2018);
- Introduzimos a desagregação de dados por sexo na administração pública, pois o que não se conhece não se pode combater e dá lugar a estereótipos que perpetuam as desigualdades;
- Aprovámos a Lei para regulação urgente das responsabilidades parentais em situação de Violência Doméstica (2017);
- Temos hoje uma Rede Nacional de Atendimentos às Vítimas de Violência Doméstica - RNAVVD bem estruturada, com mecanismos de reforço e proteção das vítimas, de jovens e crianças, de mulheres idosas e pessoas LGBTI, e diversas campanhas anuais de prevenção da violência doméstica (VD), da mutilação genital feminina (MGF) e do tráfico de seres humanos (TSH). Bem como um Plano de Formação para milhares de profissionais com intervenção nestas matérias com uma dotação de 6,5M €. De referir, ainda, uma proposta do Governo e projetos do GPPS que permitirão a criação da base de dados da VD e a clarificação do estatuto de vítima para as crianças, para se ultrapassarem interpretações equívocas da Lei que têm dificultado a proteção dos seus direitos;

- Aprovámos recentemente a integração de ONG de Mulheres na Lei-quadro do Estatuto de Utilidade Pública, uma conquista importante pela qual sempre lutámos.

Todo este esforço foi reconhecido, aliás, pelo **índice Europeu da Igualdade de Género**, que refere os vários avanços de Portugal nesta matéria, sendo um dos 6 países europeus com equilíbrio de género no Parlamento, o que muito nos orgulha.

Durante a Pandemia não deixámos congelar a defesa dos Direitos Humanos pelos quais sempre continuámos a lutar. Num curto espaço de tempo foram postas em prática várias medidas e apoios sociais e económicos extraordinários às pessoas e às famílias, num esforço coletivo de mobilização de recursos. A Estratégia Nacional da Igualdade e Não Discriminação 2030 – **Portugal + Igual** foi reforçada para proteger as pessoas mais vulneráveis. E provou-se que o Estado Social e as Políticas de Igualdade são sempre importantes, mas ainda o são mais em momentos de Crise.

## b) Desafios perante a Crise Pandémica

Esta Pandemia atingiu todas as pessoas, mas atingiu de forma desproporcional as mulheres, o que levou o Secretário-Geral da ONU a dizer que “a pandemia tem rosto de mulher”. Referiu ainda, a este respeito, que as ameaças aos direitos das mulheres prejudicam a sociedade como um todo.

O relatório sobre o Impacto do Covid-19 nas mulheres lançado pela ONU salienta bem a forma como a vida de mulheres e meninas está a mudar perante a pandemia. Evidencia o modo como podem e estão a aumentar as desigualdades e descreve as medidas priori-

tárias para respostas imediatas e os esforços de recuperação a longo prazo.

A Pandemia mostrou, mais uma vez, o papel fundamental que as Mulheres têm no funcionamento da sociedade. Cerca de 70% das mulheres, em termos globais, estiveram na **linha da frente** em sectores determinantes como a saúde, a educação e o setor social, correndo fortes riscos de contaminação pessoal e das suas famílias; foram também maioritariamente afetadas em sectores económicos que maior impacto sofreram como o turismo, a hotelaria e a restauração; mas estiveram, também, esmagadoramente na **retaguarda como cuidadoras**, no apoio à família, às crianças, pessoas dependentes e idosas, a assegurar esta função de uma forma não remunerada.

A Crise tornou ainda mais evidente que as mulheres são as mais penalizadas, com salários mais baixos, mais subemprego e contratos com vínculos precários (INE). Foram as primeiras a perder emprego e rendimentos, e viram brutalmente acentuado, por razões relacionadas com o confinamento, o **trabalho não pago ao nível do cuidado** de apoio à família, às crianças e às pessoas dependentes, de acordo com dados do Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE) de março deste ano. Têm menos proteção social, salários mais baixos, mais trabalho temporário, e estão mais facilmente expostas a riscos de infeção e transmissão. O relatório da ONU sobre os impactos de género da Covid-19 mostrou, ainda, que quase 60% das mulheres em todo o mundo trabalham na economia informal, estando agora a ganhar menos, a economizar menos e com maior risco de cair em situação de pobreza.

A juntar a tudo isto, o flagelo da **violência doméstica** tornou o confinamento dramático para milhares de mulheres que tiveram de se

isolar em casa com os agressores. As medidas antecipadas pelo Governo para proteger e apoiar as vítimas, nomeadamente o aumento de vagas em casas de abrigo e o lançamento de um serviço de apoio através de sms confidenciais, foram fundamentais para proteger as vítimas, mesmo em fase de confinamento. Também foram muito importantes as medidas de apoio social extraordinário lançadas pelo Governo para amortecerem os efeitos sociais desta terrível Crise Pandémica que atingiu todos, mas sobretudo os mais vulneráveis.

Particularmente vulneráveis são também as pessoas vítimas de Tráfico de Seres Humanos e as pessoas envolvidas na prostituição. Não sendo a prostituição proibida em Portugal, há que reconhecer a existência de lacunas no ordenamento jurídico que impedem o exercício de alguns direitos constitucionais às pessoas que se prostituem.

Assim, e apesar da divergência de opiniões sobre os caminhos a seguir, parece haver consenso quanto à necessidade de encontrar, com urgência, relativamente a quem se prostitui um modo de concretizar o nº 1 do artigo 63º da Constituição, nos termos do qual, “todos têm direito à segurança social”. Nesta linha, pugnaremos por medidas que “não deixem ninguém para trás” na concretização de direitos sociais fundamentais, e que contribuam para o cumprimento da Agenda 2030 das Nações Unidas em matéria de Desenvolvimento Sustentável. É fundamental garantir às **pessoas que se prostituem** o direito de acesso à segurança social, reajustado em conformidade com o Regime Jurídico do Seguro Social Voluntário, que preveja a concretização de uma Estratégia Nacional Global e Integrada para Saída da Prostituição.

Não podemos também esquecer os profundos desequilíbrios de género em áreas centrais de

desenvolvimento, como a **transição climática**, onde a pobreza energética afeta de forma desproporcional as mulheres, em particular as mais idosas com pensões mais baixas e as famílias monoparentais maioritariamente constituídas por mulheres.

De acordo com um relatório recente do Instituto Europeu para a Igualdade de Género, vários estudos demonstram que as alterações climáticas afetam mulheres e homens de maneiras diferentes. Perante este desafio, mulheres e homens têm necessidades, prioridades e possibilidades diferentes. No entanto, a voz das mulheres não é suficientemente ouvida e levada em consideração nas decisões. Assim, para desenvolver e manter uma resposta sustentável e eficaz às mudanças climáticas, este relatório afirma que uma abordagem com perspetiva de género e respetivos indicadores devem fazer parte integrante de todas as políticas e ações nestas matérias.

Por outro lado, as nossas cidades refletem a aposta em **políticas urbanas** e sociais orientadas por modelos patriarcais. Nesse sentido, entre os diversos exemplos concretos, destacam-se a hierarquia de espaços predominantemente vocacionados para atender às necessidades da figura masculina quer ao nível programático de zoneamento, de infraestruturas, como de horários. Essa forma de pensar o espaço, que deveria ser de todas e todos, tem impactos nomeadamente nas estruturas sociais e económica, promove o recurso ao transporte individual (mais usado pelos homens do que pelas mulheres), produz desencontros geográficos e temporais entre serviços, instituições de ensino, transportes públicos, comércio, lazer e as exigências próprias da conciliação e assistência familiar.

O recurso às tecnologias emergentes nem sempre é usado da forma mais eficiente. As

políticas urbanas potenciam os constrangimentos sentidos pelas mulheres, no seu desempenho enquanto profissional, cuidadora, mãe e indivíduo. O esforço exigido às mulheres é intensificado pelo planeamento sem uma perspetiva de género.

As políticas têm de dar resposta a estas questões em conjunto. De facto, as sociedades mais igualitárias têm um melhor registo ambiental e uma maior capacidade para se tornarem sustentáveis. Por isso, as respostas aos desafios, quer estejam ligados ao ambiente, clima, demografia ou a desigualdades, tem de ser abordadas numa perspetiva de género, incentivando entre outros, a mobilidade sustentável, com benefícios em termos de conciliação de vida profissional, familiar e pessoal, e também na descarbonização necessária.

No que se refere à **transição digital** que o contexto pandémico veio acelerar, um relatório recente da OCDE sobre o tema conclui que as dificuldades de acesso, os estereótipos de género e os custos inerentes são obstáculos para uma participação igualitária das mulheres nesta área de futuro. O mesmo relatório refere ainda a importância de políticas para promover a participação das mulheres e reduzir as assimetrias existentes, tendo em conta que uma maior inclusão das mulheres na economia digital traz valor acrescentado, a nível social e económico.

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais reconhece a Conciliação entre a vida Profissional, familiar e pessoal como uma das condições justas de trabalho. No entanto, uma boa conciliação contribui não apenas para a melhoria da vida profissional, designadamente ao nível da diminuição do absentismo, do aumento da produtividade ou da retenção de talento, mas sabe-se hoje que contribui de forma estrutural para a **sustentabilidade demográfica**.

Por esta razão o Governo do PS propôs o alargamento dos direitos do pai ao abrigo das licenças de parentalidade instituindo a obrigatoriedade de os pais gozarem de uma licença de 20 dias úteis. Por outro lado, tem vindo a consolidar a oferta de serviços de cuidado a crianças, pessoas idosas ou dependentes, por todo o país, e a preços acessíveis. Lançou ainda o “Programa 3 em Linha” o qual propõe medidas que implicam um esforço conjunto do Governo, de empresas públicas e privadas, e de entidades da Administração Pública central e local, com o objetivo de promover um maior equilíbrio entre a vida profissional, pessoal e familiar, como condição para uma efetiva igualdade entre mulheres e homens que permita a realização de escolhas livres em todas as esferas da vida, designadamente ao nível do número de filhos/as a ter.

De facto, esta Crise pôs a nu as desigualdades estruturais que estávamos a combater, e tornou evidente que os avanços alcançados nas últimas décadas correm o risco de ser brutalmente revertidos se o compromisso europeu para com a Igualdade não for cumprido.

O único caminho para um futuro justo e sustentável é um Novo Contrato Social Global, como defendeu o Secretário-Geral da ONU, para permitir que os jovens vivam com dignidade, as mulheres tenham as mesmas oportunidades que os homens e as pessoas mais vulneráveis, como as idosas e as crianças, sejam protegidas. António Guterres pediu recentemente programas que revertam desigualdades de longa duração e políticas exigentes de combate às desigualdades de género, racismo ou xenofobia.

Ursula von der Leyen, Presidente da Comissão Europeia, por seu turno destacou o compromisso da União Europeia para com a Igualdade entre homens e mulheres, reno-

vado em março de 2020, na **Estratégia para a Igualdade entre homens e mulheres da União Europeia**. A crise do Coronavírus afetou fortemente toda a população Europeia, mas o seu impacto económico está a atingir mais fortemente as mulheres que estão agora a perder os seus empregos a um ritmo muito mais rápido do que os homens, de acordo com dados do **Relatório da UE sobre Igualdade de Género** lançado em março de 2021.

Dizer, ainda, que os acontecimentos dos últimos meses na Europa demonstraram a necessidade de uma vigilância permanente dos valores europeus contra os nacionalismos e populismos que vergonhosamente utilizam esta Crise para tentar impor as suas agendas autoritárias, sexistas, homofóbicas e xenófobas.

A solidariedade europeia é fundamental para que a conquista dos direitos das mulheres alcançada no espaço Europeu, nas últimas décadas, inspirem a promoção de um modelo de sociedade mais equilibrado, sustentável, verde e justo, onde não mais se desperdice o potencial humano das mulheres e que não deixe ninguém para trás.

Percebemos, neste período de Crise, a importância de um Estado Social forte e robusto e o valor da solidariedade como condição essencial de liberdade e de organização da vida em sociedade. Se não fosse o reforço das prestações sociais, e de um conjunto de medidas para apoiar as famílias, proteger os empregos e cuidar das pessoas, hoje estaríamos numa situação bem pior e os níveis de pobreza seriam maiores.

O **Estado Social** e a Solidariedade são fundamentais para proteger direitos humanos e direitos sociais, sendo sempre a resposta certa, mas ainda o é mais em tempos de crise. Foi a primeira linha de resposta à Crise, com três

prioridades muito claras: **combater a pandemia; proteger as pessoas; e apoiar a economia e o emprego.**

Combater a Pandemia, passa indiscutivelmente por combater **velhas e novas desigualdades** - tendo em conta os desequilíbrios de género que se agravaram - com medidas específicas e positivas dado que as políticas não são neutras sob o ponto de vista do género, como foi referido no *Think Tank* internacional, *Center for Global Development* (CGD).

Portugal tem sido citado como exemplo de um país que agiu bem, com medidas para proteger todas as pessoas e com um plano de relançamento da economia - um conjunto de ideias que podem mudar o mundo, onde se enfrenta o envelhecimento da população como um problema estrutural da democracia; se propõe a criação de condições para construir uma economia inclusiva e verde; e onde se investe em competências digitais. O papel dos autarcas foi decisivo no apoio e na prestação de cuidados e informações de proximidade às populações.

### c) **Recuperar em Igualdade: transição justa, verde e digital**

Para recuperar da crise, temos hoje um Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com transversalidade da perspectiva de género, um **plano de oportunidades únicas** que promove intervenções de mudanças estruturais, procurando dar respostas às principais necessidades do país, nomeadamente, garantindo resiliência financeira e institucional, dinamizando o mercado de trabalho, as competências e reforçando a proteção social das pessoas para que ninguém seja abandonado à sua sorte. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) ar-

ticula com os restantes componentes do Programa Europeu *Next Generation*, sendo um dos mais importantes instrumentos estratégicos para o desenvolvimento do país ao longo da próxima década.

Dotado de um envelope financeiro de cerca de 14 mil milhões de euros, o PRR responde às necessidades de reformas estruturais do país apostando no financiamento de políticas transversais nos domínios da Resiliência, Transição Climática e Transição Digital. Estes são os três pilares em que assenta a agenda do PRR. Composta de 19 componentes temáticas, onde se encaixam 76 projetos de investimento, esta agenda pretende alcançar, no médio prazo, resultados ao nível do sistema de Saúde, da Educação, da Economia, do Desenvolvimento Social, da Inovação e da Sustentabilidade.

Por outro lado, o PRR é um documento que nos desafia. Assumidamente, o PRR é um **Plano que integra a perspetiva de género**, que assume o combate à desigualdade de género de forma direta e concreta, através das suas diversas componentes e dos investimentos nelas previstos.

O Governo português aprovou em 2018 a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – **Portugal + Igual**, que privilegia como eixo central de intervenção a promoção da Igualdade entre mulheres e homens, assente na combinação de ações específicas com a integração da perspetiva de género de forma transversal. A integração da perspetiva de género nas restantes políticas públicas está alinhada com a **Estratégia Europeia para a Igualdade de Género 2020-2025** apresentada pela Comissão Europeia em março de 2020, tendo ficado igualmente inscrita nas orientações para a elaboração dos Programas de Recuperação e Resiliência.

Nesse sentido, o PRR nacional assume particular relevância na recuperação da economia, mas também na definição de políticas que permitam responder não apenas à desigualdade conjuntural, mas também atuar sobre fatores estruturantes de desigualdade exacerbados pelas consequências da Crise Pandémica.

AS MS-ID participaram ativamente nessa discussão com propostas diversas e contributos que permitam combater desigualdades estruturais. Como sabemos, as mulheres continuam a sofrer desvantagens estruturais ao longo do seu ciclo de vida, marcadas por estereótipos de género e enormes assimetrias na distribuição do trabalho não pago que as impedem de participar plenamente no mercado de trabalho.

É também sistemática e persistente a desigualdade nos rendimentos, indissociável dos padrões de feminização observados na precariedade e na pobreza, bem como na segregação profissional. O combate às desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho é não apenas um imperativo de justiça social, mas também um imperativo de desenvolvimento. É entendimento do Governo que uma sociedade que abdica do pleno potencial de metade da sua população está a autolimitar-se no seu desenvolvimento social e económico.

**O combate à violência contra as mulheres** é uma das principais prioridades do Governo que, em 2019, tomou um conjunto de decisões que tem vindo a concretizar tendo em vista a melhoria da proteção às vítimas, nomeadamente nas 72 horas após a denúncia.

As soluções encontradas no PRR para o **alojamento urgente** e temporário previstas na Componente C2 irão melhorar a rapidez e adequação destas respostas em que as víti-

mas precisam de uma solução imediata para se afastarem dos seus agressores, podendo igualmente beneficiar as famílias monoparentais, maioritariamente constituídas por mulheres, no acesso a 26 mil habitações para que as famílias vivam em condições dignas e adequadas.

A Componente C6 inclui medidas de promoção da **igualdade remuneratória** e de promoção da **representação equilibrada nos cargos de decisão**, mas também o combate aos estereótipos que limitam as escolhas formativas de raparigas e mulheres e enformam desigualdades futuras.

A Componente C3 prevê um alargamento das respostas sociais que contribui para a redução do desequilíbrio do **trabalho não pago**, assim promovendo uma participação plena e igualitária de mulheres e homens no mercado de trabalho.

Para o desenvolvimento de um modelo de apoio domiciliário inovador, as MS-ID sugeriram que o PRR integrasse um estímulo ao emprego de homens numa área de trabalho marcadamente protagonizada por mulheres, rompendo dessa forma com a segregação de género, muito associada a este tipo de profissões.

No âmbito das Operações integradas em comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto surge uma medida de apoio ao **empreendedorismo** de pequenos negócios de **base local**, endogeneizando as iniciativas, criando rendimentos para a comunidade e aumentando a sustentabilidade global da intervenção para lá da vigência do plano. Tendo em conta os pequenos negócios de base local que desapareceram com a pandemia, maioritariamente protagonizados por mulheres que criaram o próprio emprego (designadamente no setor dos cui-

dados e estética), as MS-ID sugeriram o reforço da componente de género nos apoios que vierem a ser atribuídos, assegurando que as mulheres ligadas a pequenos negócios de base local, bastante mais afetadas pelo desemprego gerado pela crise pandémica, possam retomar a sua atividade.

Na agenda de promoção do trabalho digno, salientámos a importância de se combaterem as desigualdades salariais entre mulheres e homens, sugerindo medidas “Incentivo Adultos” (Plano Nacional de Literacia de Adultos e Impulso Adultos) e “Impulso Jovem STEM” com estímulo positivo à participação de mulheres nas áreas STEM – Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemáticas, designadamente através da adoção de uma quota de 40% de lugares abrangidos pelos apoios, que venha a ser preenchida por mulheres, de acordo com o limiar do equilíbrio de género estabelecido pela Lei da Paridade.

Com o objetivo de reforçar as competências digitais dos trabalhadores e trabalhadoras do setor empresarial, o PRR prevê atingir 800 mil formandos com diagnósticos de competências digitais, planos de formação individual e acessos a formação online, sendo que as MS-ID sugeriram a adoção de medidas que assegurem o equilíbrio de género no acesso a esta formação.

A **transição digital** obriga a uma particular atenção, conhecida a profunda sub-representação das mulheres na área das tecnologias de informação e comunicação. O combate aos estereótipos no domínio digital está presente desde a escola, na componente C15, até à qualificação da população ativa onde os programas de capacitação digital previstos na componente C16 terão uma representação equilibrada de género.

As Componentes com maior contributo para a promoção da igualdade de género são as Componentes C2, C6, C3, C15 e C16, encontrando ainda expressão nas Componentes C1, C4, C5 e C10. Também, de forma alinhada com os objetivos de política pública nacional, preveem-se mecanismos de monitorização de **indicadores desagregados por sexo**.

A transição para um contexto de crescimento sustentável, com benefícios diretos a nível social e ambiental, deve continuar a ser o nosso caminho, no alinhamento do *Green Deal* promovido pelo nosso Comissário Frans Timmermans, e por meio da introdução de progressivas melhorias das condições sociais e ambientais na Europa, em alternativa à prioridade das questões unicamente macroeconómicas neoliberais.



## II AVANÇAR EM IGUALDADE

As Mulheres Socialistas – Igualdade e Direitos (MS-ID) são hoje uma estrutura robusta, vibrante e descentralizada que cumpre o objetivo mais alargado - desde sempre liderado pelo Partido Socialista - de promover uma efetiva igualdade de direitos entre mulheres e homens e a sua participação paritária em todas as esferas da vida, quer política, económica, cultural e social. Para tal, as MS-ID têm como foco da sua intervenção a atividade do Partido, contribuindo para a definição ideológica e programática das políticas nas estruturas partidárias, na frente parlamentar, no apoio à ação governativa e na intervenção junto da sociedade civil.

E se é um facto que as MS-ID se têm afirmado interna e externamente, ao longo da nossa já longa história, não podemos ignorar que a atual crise pandémica, económica e social espoletada pela Covid-19 acentuou desigualdades e assimetrias estruturais, resultando num impacto desproporcional sobre as mulheres. Isso mesmo revela o estudo do Instituto Europeu para a Igualdade de Género solicitado pela Presidência Portuguesa da União Europeia, bem como o Relatório da EU sobre a Igualdade de Género (março 2021).

Mas uma sociedade só é verdadeiramente democrática, desenvolvida e coesa quando conta com uma participação igualitária de mulheres e homens a todos os níveis, pelo que os desafios do atual contexto convocam toda a energia e competências das MS-ID para, por um lado, consolidarmos o trabalho que temos vindo a desenvolver e, por outro lado, inovarmos e irmos ainda mais longe.

Por seu lado, o atual Governo do PS, liderado por António Costa, tem dado passos significativos no combate às desigualdades, ainda este mês de maio reafirmados no **Compromisso Social do Porto**, aprofundando a ação prevista nos 20 princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, sendo um marco da Presidência Portuguesa da União Europeia.

Ao nível nacional o Governo do PS também desenvolveu uma **Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030**, a qual foi objeto de um amplo processo de auscultação pública que mereceu consenso nacional. Neste âmbito, foi desenvolvido o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, com o intuito de impulsionar a recuperação económica e social de Portugal, tendo em conta os danos causados pela pandemia Covid-19 e o seu impacto desproporcional sobre as mulheres, dedicando um capítulo específico à Promoção da Igualdade de Oportunidades e Igualdade de Género, integrando as preocupações das MS-ID constantes da Resolução aprovada na Assembleia da República.

Esta Resolução impulsionada pelas MS-ID recomenda a adoção de medidas para travar o aumento das desigualdades estruturais de género desencadeadas pelos impactos socioeconómicos da Covid-19. Nesta transição para uma nova normalidade, com novos tipos de trabalho e de relações laborais, **há desafios urgentes que não podemos perder**, nomeadamente atrair jovens mulheres para sectores digitais e de energia, sectores de futuro, que estão altamente masculinizados; mas também promover estímulos para o uso do teletrabalho pelos homens na meta de 25% da administração pública para a legisla-

tura, como fator potenciador de uma **Paridade de 50/50 na Conciliação**.

Este é também um momento que nos compele a **valorizar o trabalho não pago** e lembrar que, segundo a OIT, as mulheres fazem três vezes mais trabalho não remunerado, de tarefas domésticas e de cuidado do que os homens. É o momento para se implementar uma ampla estratégia sobre a **Economia do Cuidado** que trave o velho normal da exploração e o padrão das velhas desigualdades estruturais de género existentes.

Estas são questões centrais para o desenvolvimento sustentado e para uma sociedade decente que não deixe ninguém para trás!

## O Nosso Compromisso

As MS-ID e as suas estruturas federativas e concelhias estiveram sempre presentes no compromisso para com a Igualdade e Não Discriminação, debatendo ideias, avaliando propostas e desenvolvendo estratégias de proximidade para com as pessoas e os territórios. Afirmámos o nosso forte compromisso como socialistas e democratas, para lutar em conjunto por um país e uma União Europeia que não deixa ninguém para trás!

Esta recandidatura pretende dar continuidade ao projeto das **Novas Lideranças** e de **Igual Poder**, afirmando desafios de futuro para um Portugal e uma Europa + Iguais.

Para tal propomos desenvolver a nossa ação política neste próximo mandato em torno de **5 objetivos centrais**:

1) Consolidar as Estruturas Concelhias das MS-ID, alargando-a a todos os concelhos;

2) Promover listas paritárias a todos os níveis da intervenção partidária;

3) Garantir a participação ativa das estruturas das MS-ID em todos os níveis da atividade do partido, em conformidade com o preconizado no nº 8 do art.º 67 dos Estatutos do PS, em particular no que se refere à sua consulta obrigatória nos processos de designação de candidatos e candidatas a titulares de cargos políticos;

4) Acompanhar o debate sobre as Políticas de Igualdade a nível europeu e internacional, com o objetivo de influenciar os resultados da negociação, no sentido de assegurar que a Igualdade de Género seja uma prioridade nos futuros programas europeus e nacionais, privilegiando uma participação ativa junto do Partido Socialista Europeu, em particular do **PES Women**;

5) Combater as Desigualdades promovendo políticas para uma efetiva Igualdade de direitos entre mulheres e homens e a sua participação paritária em todas as esferas da vida.

## Combater as Desigualdades

No quadro destes objetivos e alinhadas com os grandes instrumentos de política pública nacional e internacional para o combate às desigualdades, propomos **11 áreas de intervenção estratégica**:

### 1. Paridade 50/50 na Política e na Economia

As discriminações de género representam um

custo elevado para a democracia e para a sociedade como um todo. O Partido Socialista e as suas governações têm dado passos relevantes para promoverem medidas de política que removam barreiras à participação plena das mulheres na vida pública e na tomada de decisão. Assim, propomo-nos:

- Acompanhar interna e externamente a aplicação das leis relevantes que asseguram **Lideranças 50/50** na decisão política, social e económica;

## 2. Igualdade no Mercado de Trabalho

O segundo princípio do Pilar Europeu dos Direitos Sociais exige a igualdade de tratamento e oportunidades entre mulheres e homens, ao mesmo tempo que afirma o direito à igualdade de remuneração por trabalho de valor igual. Neste âmbito propomo-nos:

- Fomentar a implementação de uma ampla estratégia sobre a **Economia do Cuidado** que inverta o padrão das velhas desigualdades estruturais de género existentes na relação entre o mercado de trabalho e o trabalho não pago ao nível do cuidado, maioritariamente assegurado por mulheres;
- Acompanhar a legislação relevante em matéria de **Igualdade Salarial** bem como ao nível das **Pensões**, assegurando a sua efetiva aplicação combatendo as assimetrias de género que, de acordo com o relatório da UE sobre Igualdade de Género, são em média de 14,1% no que se refere aos salários e de 29,5% em relação às pensões;
- Acompanhar os debates sobre os **novos modelos de Teletrabalho**, fomentando as

mais-valias e eliminando riscos de recuos nos direitos das mulheres.

## 3. Conciliação entre Vida Profissional, Familiar e Pessoal

Uma organização social que permita equilibrar os tempos do trabalho e os tempos das responsabilidades e direitos familiares, em paridade, é fundamental para o desenvolvimento humano, social e económico das sociedades. De acordo com um estudo recente do Instituto Europeu para a Igualdade de Género, em média, as mulheres dedicam 15,8 horas por semana às tarefas domésticas, enquanto os homens dedicam 6,8 horas. Assim, propomo-nos:

- Fomentar um novo paradigma assente na **valorização do trabalho não pago** e da partilha equitativa das tarefas domésticas – **Paridade 50/50 na Conciliação**;
- Acompanhar e aprofundar os direitos e os apoios aos/as **Cuidadores/as Informais**.

## 4. Combate à Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica

De acordo com a **Convenção de Istambul**, a “Violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos e é uma forma de discriminação contra as mulheres, abrangendo todos os atos de violência de género que resultem, ou possam resultar, em danos ou sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos para as mulheres, incluindo a ameaça de tais atos, a coação ou a privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada”. Os dados da Agência

para os Direitos Fundamentais (FRA) dão conta de que uma em cada três mulheres da UE foi vítima de violência física e/ou sexual desde os 15 anos. Propomo-nos então:

- Continuar a acompanhar a implementação da Convenção de Istambul - promovendo a implementação de respostas concertadas em todo o território nacional com particular enfoque sobre crianças e jovens, bem como pessoas idosas e com deficiência, pessoas LGBTI e ainda minorias étnicas ou migrantes;
- Fomentar a definição de medidas de **afastamento dos agressores**, que previnam a dupla vitimização e contribuam para a autonomia das vítimas e rápida reconstrução dos seus projetos de vida;
- Acompanhar a clarificação do **estatuto de vítima para as crianças** de modo a que se superem dúvidas na interpretação e aplicação da legislação, prejudiciais à proteção das crianças que vivem em contexto de violência doméstica;
- Acompanhar as medidas para combater novas formas de **violência on-line**, nomeadamente ao nível dos discursos de incitamento ao ódio, cyberperseguição e ciberassédio e outras discriminações e violações dos direitos humanos.

## 5. Combate à homofobia e transfobia

Muitas pessoas são objeto de discriminação quando a sua aparência ou o seu comportamento não são conformes às normas tradicionais de masculinidade ou de feminilidade impostas pela sociedade. A discriminação em razão da orientação sexual, identidade de género e ca-

racterísticas sexuais assenta em estereótipos e práticas discriminatórias, como a homofobia, transfobia e interfobia. Propomo-nos:

- Acompanhar a implementação da legislação em vigor e fomentar nas estratégias territorializadas uma cultura de valores que reconheça a igual dignidade das pessoas LGBTI, em conformidade com o preconizado no **Manifesto para a Igualdade no Poder Local** das MS-ID;
- Criar uma ligação formal à **Rainbow Rose** - Organização sem fins lucrativos dedicada à luta e promoção de ações contra todos os tipos de discriminação, especialmente nas questões LGBTI.

## 6. Poder Local, Inclusão e Territórios Inteligentes

O atual contexto de pandemia veio agravar as desigualdades, os desequilíbrios regionais e as discriminações. Para o sucesso da implementação das medidas previstas no PRR ao nível local é fundamental a promoção de políticas de combate às desigualdades entre mulheres e homens, numa perspetiva interseccional que tenha em conta fatores de discriminação múltipla como a idade, a deficiência, raça ou etnia, nacionalidade, religião, orientação sexual, identidade de género, entre outros. Assim, propomo-nos:

- Promover a implementação das medidas preconizadas no **Manifesto para a Igualdade no Poder Local** das MS-ID, potenciando a utilização das novas tecnologias e fomentando sinergias de participação e envolvimento das mulheres no processo de conceção de territórios eficientes, inteligentes, confortáveis, seguros e inclusivos;

- Fomentar a **integração da perspectiva de género nos programas eleitorais das candidaturas do PS** às próximas eleições autárquicas envolvendo as estruturas concelhias das mulheres socialistas.

## 7. Transição Digital Inclusiva

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) têm vindo a converter-se num dos principais motores do crescimento das nossas sociedades dando lugar anualmente à criação de numerosos postos de trabalho e à procura crescente de competências nesse domínio, situação reforçada no atual contexto de pandemia. No entanto, e apesar de as mulheres representarem a maioria das pessoas diplomadas do ensino superior em Portugal (61%), verifica-se não só uma baixa representação das mulheres ao nível das TIC como até mesmo um decréscimo. Segundo dados do Eurostat, as mulheres representam apenas 12% dos inscritos em cursos TIC e 16 % da força de trabalho especializado nas STEM (Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemáticas). Para combater esta situação propomo-nos:

- Apresentar proposta que promovam **medidas positivas** para o acesso e apoio à formação ao longo da vida aos grupos da população em risco de exclusão digital, com enfoque particular no **combate à desigualdade de género** e na **inclusão de todas as gerações** no mercado de trabalho, para uma transição digital inclusiva.

## 8. Alterações Climáticas, Igualdade e Sustentabilidade Ambiental

Segundo a Agência Europeia do Ambiente os

efeitos negativos da poluição atmosférica, sonora e de grandes variações de temperatura afetam mais as populações vulneráveis: crianças, pessoas idosas, doentes e com menores rendimentos. Sabemos, ainda, que não apenas com base nos rendimentos, mas também associado aos diferentes papéis sociais atribuídos a mulheres e homens, a sua utilização dos recursos é distinta. Os desafios ambientais são portanto, em parte, problemas sociais que decorrem de desigualdades em termos de rendimentos e de poder. Assim, propomo-nos:

- Promover a integração da dimensão da igualdade de género nas estratégias para o bem-estar social e ambiental e fomentar a promoção de medidas para **combate à pobreza energética**, uma vez que essa é a realidade de muitas mulheres em situação de grande vulnerabilidade;
- Propor medidas de combate à **pobreza menstrual** que afeta raparigas e mulheres em risco de pobreza, em situação de sem abrigo, famílias monoparentais, migrantes, refugiadas, entre outras, provocada pela falta de acesso à água, saneamento básico e desigualdade social.

## 9. Combater o Racismo e a Xenofobia

O Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação, em consulta pública, refere: “Não obstante o quadro legal existente, continuam a registar-se fenómenos de racismo e discriminação que violam direitos fundamentais.” Estes fenómenos entrecruzam-se com outros fatores de discriminação como a nacionalidade, religião, etnia, sexo, orientação sexual e identidade de género, deficiência, idade, entre outros. Nesse sentido, propomo-nos:

- Acompanhar a implementação do novo **Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação**;
- Acompanhar a implementação da **Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC)**.

## 10. Educação para a Cidadania

A educação é um direito fundamental que deve ser garantido. O acesso a uma educação de qualidade para todas as pessoas, livre de estereótipos de género, é uma das melhores formas de tornar a sociedade mais igualitária e inclusiva, promotora de uma cidadania ativa. Propomo-nos:

- Acompanhar a implementação da **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania**, que deverá evidenciar o “igual valor” das diferenças de sexo para evitar a “naturalização” das desigualdades;
- Promover o **combate aos estereótipos de género** e fomentar a igualdade e a não-discriminação na cultura e no associativismo;
- Apoiar políticas que contribuam para a eliminação do abandono escolar precoce bem como para a democratização do acesso ao ensino superior.

## 11. Boa Governação: Orçamentos Sensíveis ao Género

Os orçamentos com impacto de género correspondem à efetivação do *mainstreaming* de género no processo orçamental das políticas públicas, compreendendo a reestruturação

das receitas e das despesas com o objetivo de promover a igualdade entre mulheres e homens, uma vez que os orçamentos são instrumentos fundamentais para a concretização das políticas públicas. Assim, propomo-nos:

- Fomentar a adoção de instrumentos de Boa Governação que promovam de forma transversal a igualdade entre mulheres e homens, privilegiando a implementação de **orçamentos sensíveis ao género**, quer ao nível nacional quer ao nível das políticas locais.

## O Nosso Plano de Ação

- Fomentar o **diálogo permanente** com as estruturas federativas e concelhias para o reforço da territorialização da intervenção política;
- Dar continuidade ao projeto das **Escolas de Verão/Inverno** focando no Empoderamento e Capacitação das Mulheres para a Ação Política;
- Criar uma rede de **mentoring e empoderamento** de mulheres para uma maior participação política, investindo numa mudança verdadeiramente transformadora;
- Criar e reunir periodicamente o **Conselho Estratégico** constituído por mulheres e homens para a partilha de saberes e experiências de modo a promover uma visão mais global e informada que permita desenvolver propostas inovadoras para a concretização da igualdade;
- Trabalhar junto do Governo, Poder Local, Parceiros Sociais e demais interlocutores relevantes, na adoção de instrumentos de Boa Governação, em particular **Orçamen-**

**tos Sensíveis ao Género**, numa perspetiva de *mainstreaming* de género;

- Fomentar a implementação das medidas preconizadas no **Manifesto para a Igualdade no Poder Local** das MS-ID, apostando na sua integração nos programas eleitorais do PS às eleições autárquicas 2021;
- Acompanhar os debates da atualidade bem como as iniciativas legislativas e políticas relevantes, quer ao nível nacional, europeu e internacional, designadamente no que se refere à **Agenda 2030 da ONU, a Estratégia Europeia para a Igualdade de Género 2020-2025** e à Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2030: **Portugal + Igual**;
- Acompanhar os principais debates na esfera europeia e internacional, privilegiando uma participação ativa junto do Partido Socialista Europeu, em particular do **PES Women** e da **Rainbow Rose**.

Pretendemos afirmar os **Avanços Em Igualdade**, com mulheres e homens de todas as idades e de todas as proveniências, para a construção de um Planeta 50/50 – um passo decisivo para a Igualdade de Género!

**Elza Pais**

20 de maio de 2021







## III ANEXO

Autárquicas 2021

### Manifesto para a Igualdade no Poder Local

Uma sociedade só é verdadeiramente democrática, desenvolvida e coesa quando conta com uma participação igualitária de mulheres e homens em todas as esferas da vida.

O atual contexto de pandemia que vivemos veio, uma vez mais, revelar que essa igualdade ainda não é uma realidade e que as assimetrias estruturais têm implicado um maior impacto desta crise sobre as mulheres – tal como revela o estudo do Instituto Europeu para a Igualdade de Género solicitado pela Presidência Portuguesa da União Europeia. Um maior Impacto da COVID-19 sobre as mulheres tinha já sido evidenciado pelo Secretário-Geral da ONU, António Guterres, com base em estudos realizados pelas agências das Nações Unidas.

Por seu lado, o Governo do PS, liderado por António Costa, desenvolveu uma “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030”, a qual foi objeto de um amplo processo de auscultação pública que mereceu consenso nacional. Neste âmbito, foi desenvolvido o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, com o intuito de impulsionar a recuperação económica e social de Portugal, tendo em conta os danos causados pela pandemia COVID-19, designadamente o seu maior impacto sobre as mulheres, com enfoque em 3 grandes dimensões: Resiliência, Transição Climática, Transição Digital.

Num ano em que têm lugar eleições autárquicas, é fundamental ter em linha de conta esta realidade e também os instrumentos disponíveis para que as candidaturas do PS apresentem os melhores programas para a recuperação e resiliência ao nível das políticas locais. É importante que exista um especial enfoque no combate às desigualdades de género e à discriminação, fatores de vulnerabilidade que, se não forem devidamente integrados, põem em risco a capacidade de recuperação e resiliência dos territórios.

É neste contexto que as Mulheres Socialistas – igualdade e Direitos (MS-ID) lançam o Manifesto para a Igualdade no Poder Local.

Lisboa, 19 de março de 2021

Autárquicas 2021

## Manifesto para a Igualdade no Poder Local

1. Promover a representação paritária de mulheres e homens – equipas 50/50 – em todos os níveis de decisão autárquica e no Setor Empresarial Local.
2. Elaborar uma nova geração de Planos Municipais para a Igualdade, transversais a todas as áreas de intervenção da política local - incluindo instrumentos de planeamento e de gestão urbana dos territórios - e que integrem uma perspetiva de interseccionalidade, tendo em conta fatores como o sexo, a idade, a nacionalidade, a orientação sexual, deficiência, etnia, religião, entre outros.
3. Criar instrumentos legais para a implementação de “orçamentos sensíveis ao género” e de “avaliação do impacto de género” das políticas públicas ao nível local.
4. Valorizar a qualificação e as competências das mulheres na empregabilidade e tomada de decisão económica, cívica e política como fator de competitividade, desenvolvimento económico e sustentabilidade ambiental, para o reforço da coesão social e territorial.
5. Promover medidas de conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional de mulheres e de homens, permitindo a participação equilibrada de umas e de outros na vida pública e privada.
6. Incorporar a dimensão de género no planeamento e fornecimento de transportes e equipamentos públicos, alinhando-os às diferentes necessidades de mulheres e homens nas suas vidas diárias.
7. Integrar a dimensão da igualdade de género nas estratégias para o bem-estar social e ambiental e promover medidas para se combater localmente a “pobreza energética” na transição climática.
8. Incorporar estímulos positivos, a nível local, para se combaterem os desequilíbrios de género na transição digital.
9. Reconhecer o compromisso com os “Territórios Educadores”, e com a “Educação para a Cidadania e para a Igualdade”, implementando medidas de política local eficazes para a sua concretização.
10. Apostar na cultura e no associativismo local para a eliminação dos estereótipos de género e promoção da igualdade e não-discriminação.
11. Incorporar a paridade no conceito de “cidades inteligentes”, usando as tecnologias para combater as desigualdades de género e as discriminações, bem como os desequilíbrios regionais, majorando os apoios à formação e promovendo o acesso às tecnologias dos grupos da população que se encontrem em risco de exclusão.
12. Fomentar, a nível local, respostas integradas para uma cultura de cidadania em promoção dos direitos de pessoas LGBTI e contra a xenofobia e o racismo.
13. Fomentar, a nível local, respostas concertadas para a prevenção e o combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica contra crianças, pessoas adultas e idosas.

 /AvancarEmIgualdade



**Elza Pais**

Candidatura  
**MS-ID | 2021-2023**